

Informalidade e cooperativismo na América Latina

Marcelo Pires Negrão – Nancy, França

Fernando Gonzales Cruz de Mamari – Rio de Janeiro, Brasil

Introdução

A América Latina é conhecida como a região mais desigual do mundo¹. Tal afirmação decorre do conflito explícito existente na região entre pobreza e riqueza, desperdício e fome, luxo e escassez de recursos. A concentração de capital em determinados segmentos da sociedade e em fluxos internacionais atrelados a grandes corporações globais, acabam por relegar a maior parcela da população a um estado de pobreza e exclusão dos direitos que constituem a cidadania.

As periferias precarizadas e favelas, espalhadas por todas as grandes cidades, circulam ou afloram nos centros urbanos ligados a rede global de informação, produzindo uma paisagem instável e em rápido movimento. Nos campos a situação não é diferente, a inserção da tecnologia na agricultura aliada a uma nova divisão internacional do trabalho, aumenta a concentração fundiária na mesma medida em que aumenta o número de *desplazados*² e o exército de migrantes em busca de novas áreas para o cultivo ou da promessa de vida melhor nos grandes aglomerados urbanos³.

A situação decorre do longo passado colonial da região e de sua posterior inserção periférica, ou semi-periférica no sistema-mundo e é um dos fatores que nos permite analisá-la como uma unidade e uma forma de compreender o desenvolvimento dos países que a compõem.

Para realizar uma análise mais próxima do sujeito, utilizaremos as disparidades e contradições existentes nas regiões metropolitanas brasileiras, mas que partilham de problemas comuns a diversas outras metrópoles latino-americanas. Ainda que caibam diferenças marcantes em aspectos da vida cultural e social no continente, e que proporcionam diferenças também na forma de produzir, os aspectos inerentes a formalidade e informalidade, guardam traços marcantes em toda região de colonização européia. Analisaremos ainda o caso das cooperativas de catadores e seu contexto na cidade do Rio de Janeiro, que encontraram uma forma de, coletivamente, promover avanços individuais e para a comunidade no entorno.

Os territórios da informalidade

“Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialéticamente”
Milton Santos

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), da Coordenação de Projetos e Pesquisa de Pós-graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através de seu fundador e coordenador, Gonçalo Guimarães, aponta em sua Apresentação Institucional⁴ os desafios da informalidade. Teremos por base essa apresentação para apresentar a idéia-chave do artigo.

Dentre os critérios governamentais para definição de políticas públicas voltadas tanto às camadas mais pobres, quanto aos investimentos produtivos, o critério da renda é quase absoluto para determinar o público que será beneficiado pelos programas e políticas setoriais de Governo. As linhas de pobreza (pessoas que vivem com menos de 2 dólares americanos por dia) e de miséria (pessoas que vivem com menos de 1 dólar americano por dia), são por exemplo, utilizadas com frequência como critério para estabelecimento de programas governamentais de inclusão social.

Entretanto, ainda que esse critério esteja longe de ser qualificado como ineficaz – e vem mesmo alcançando resultados promissores nos últimos anos⁵ -, a renda não se constitui em um indicador absoluto de exclusão da vida formal da cidade.

Usando como exemplo as favelas do Rio de Janeiro, onde o mercado informal imobiliário pode fazer valer até três salários mínimos o aluguel mensal de um imóvel, pode-se concluir que a pobreza associada aos moradores das favelas não está exclusivamente relacionada à renda, e sim à exclusão (ou acesso precário) de demais serviços públicos ou privados, tais como energia, saneamento básico, infra-estrutura, habitação, transporte, educação, saúde, segurança, crédito e etc.

Dessa forma, os problemas vividos pelos moradores de favelas (territórios onde a informalidade pre-

domina) constituem-se em um problema tido como de ordem social, que teria assim origem e fim nas condições locais em si. Pois ainda que acessem programas setoriais destinados à melhoria da vida (como a construção de uma creche, uma escola, um hospital), esses programas não são relacionados ao desenvolvimento econômico dos indivíduos. E mesmo sendo o desemprego um dos problemas mais citados entre os moradores, a agenda política para essas áreas e para melhoria de vida nos bairros habitacionais é geralmente atrelada aos problemas de habitação, infra-estrutura, transporte, etc.

De outro lado, quando esses trabalhadores deixam suas casas em direção ao trabalho (no centro da cidade por exemplo), eles deixam de constituir um problema social e passam a fazer parte do desenvolvimento econômico do território, independente de seu vínculo trabalhista ser formal ou não. Nesse caso, o pleito coletivo – como as bandeiras sindicais por exemplo – e a agenda política não dizem mais respeito à habitação ou infra-estrutura, mas às condições de trabalho, remuneração, etc. São as mesmas pessoas, vivendo nos mesmos lugares, com os mesmos problemas, mas dividindo-se em diferentes iniciativas.

Os circuitos da economia

Em sua obra *O Espaço Dividido*, Milton Santos apresenta o conceito de circuitos da economia. Num esforço de aproximação, tentaremos exemplificar as relações que o autor propõe entre o Circuito Superior e o Circuito Inferior da economia – no contexto exposto anteriormente.

O Circuito Superior, representado pelas estruturas formais de poder, como estruturas produtivas e reguladoras, possuem particularidades que lhes conferem uma posição de hegemonia no território. O acesso ao crédito produtivo e à uma política tecnológica, bem como a absorção da mão de obra qualificada, confere aos atores desse circuito o status de provedor de bens e serviços. Do outro lado, no Circuito Inferior, políticas de crédito para consumo (consumo de massa) e qualificação profissional, conferem aos atores desse circuito o papel de sustentação econômica dessa estrutura, que todavia não têm necessariamente acesso à fatores-chaves (determinadas burocracias, crédito e tecnologia/conhecimento técnico) para promoverem eles mesmos o desenvolvimento local. À luz desse conceito, podemos afirmar que as cidades não são partidas, mas que existe uma relação complexa de dependência entre os circuitos.

Exemplificando, as estruturas produtivas formais, como as fabricantes de bebidas e a agroindústria em geral, se beneficiam da estrutura informal para escoar sua produção, pois existe um mercado consumidor de bastante relevância para alguns setores da economia formal, dentro de territórios de informalidade – como as mercearias dentro das favelas das grandes cidades brasileiras. Essas redes varejistas dentro desses territórios são responsáveis pela venda de quantidade considerável do chamado “consumo de massa”, ou seja, aqueles bens não duráveis, ditos indispensáveis, à uma camada da sociedade bastante numerosa. Somente na cidade do Rio de Janeiro, calcula-se entre 2 e 3 milhões o número de habitantes das favelas ou nas periferias próximas às favelas, de um total de pouco mais de 6 milhões de habitantes da cidade. Podemos afirmar então que os produtos oriundos do Circuito Superior da economia vendidos nesse comércio se beneficiam da informalidade para a distribuição, mas o comércio varejista em si (Circuito Inferior) na maior parte das vezes está exposto às fragilidades da informalidade.

O Cooperativismo como estratégia

Hoje, no Brasil, um número entre 30 mil e 50 mil Catadores começam a reescrever sua história e a dar forma a um movimento de auto-organização. São os Catadores que se organizam em Cooperativas Populares, formando as Cooperativas de Catadores – organizações autônomas e autogestionárias de trabalhadores. Com o intuito de diminuir a vulnerabilidade à que estão sujeitos no mercado informal de trabalho (baixo preço de compra dos materiais, pouco ou nenhum valor agregado, exclusão de um sistema de seguridade social e de proteção à saúde, etc.), a organização em Cooperativas tornou-se um caminho viável para esses trabalhadores promoverem seu crescimento econômico – ganhando posições e aumentando espaços na cadeia produtiva em que estão inseridos –, e político, o que permite agregar ganhos sociais e culturais.

Organizando-se em cooperativas, esses os trabalhadores podem dar maior escala à produção, pleitear o acesso à bens duráveis que agreguem valor ao trabalho, aumentar seu poder de negociação com os demais atores da cadeia bem como dar maior segurança em relação aos serviços/produtos oferecidos e até mesmo trazer para dentro do grupo trabalhos que eram realizados por terceiros, ganhando assim o lugar

de intermediários. Isso reflete em maiores ganhos e na possibilidade de melhor planejar o cotidiano financeiro individual e coletivo.

Assim, as cooperativas populares são uma estratégia não só de geração de trabalho e renda, como também do aumento da formalidade de seus sócios, que agora passam a ser gestores de um empreendimento e donos de uma pessoa jurídica. Por meio das cooperativas, seus sócios se aproximam da cidadania, acessando políticas públicas, aumentando sua qualificação profissional, reativando uma vida social e cultural e passando a atuar politicamente.

Os ganhos relativos à auto-organização dos trabalhadores em empreendimentos não ligados à tradição capitalista (já que não há exploração da mais valia e o processo decisório não é hierarquizado) vão além do desenvolvimento de cada indivíduo engajado ou do meio local onde a cooperativa atua (seja uma comunidade, um bairro ou uma cidade) mas são também um modelo fundado em bases solidárias e de cooperação recíproca que podem ser utilizados em diversos territórios e podem servir como um fator de superação de adversidade, diminuição de disparidades sociais e mesmo de integração local e regional.

Considerações finais

Pensar o cooperativismo popular em países estruturados por bases capitalistas é pensar em inclusão social. Inclusão pressupõe aceitação, de onde pode se presumir que há um lugar para o cooperativismo na estrutura capitalista, mesmo que sua horizontalidade, estrutura, seja avessa ao princípio básico do capital, o lucro. Assim, em países organizados por tais bases, as cooperativas são incluídas, ou digeridas no sistema econômico sem lhe conferir nenhum prejuízo aparente.

Entretanto, a inclusão da cooperativa no sistema não ocorre sem o crescimento político de seus sócios, que podem passar a ser importantes ativistas políticos em lutas emancipatórias. Dessa maneira, o potencial transformador das cooperativas incluídas no sistema capitalista, não deve ser menosprezado. Pois em grande medida, essas cooperativas podem ser as detonadoras do vírus no sistema capitalista, transformando suas relações por dentro.

Já não são raras as experiências de cooperativas que, se articulando em torno de uma cadeia produtiva ou mesmo de um produto específico, constroem experiências de redes de cooperação para aumentar suas chances de competição no mercado. Baseadas em um dos princípios internacionais do cooperativismo, a cooperação entre cooperativas, essas passam a assumir uma nova escala de atuação.

A expansão das cooperativas populares, é a expansão de uma poderosa ferramenta dentro dos princípios de solidariedade, ao mesmo tempo que valoriza o trabalho e a produção laboral humana como fundamento da organização da vida, colocando valores como bem-estar, acesso à informação e aos bens indispensáveis à dignidade humana além da preocupação com o meio social e natural, no centro das preocupações políticas.

Notas

- 1 ALFONSIN, Betânia e FERNANDES, Edison. Direito à Moradia e Segurança da Posse no Estatuto da Cidade, Editora Fórum, 2004, p. 38.
- 2 Desplazados é o conceito em espanhol para os homens e mulheres que perdem o acesso a terra e a sua matriz cultural. O trecho retirado do texto "Mundo: Os 'Desplazados' Ambientais" de Roberto Malvezzi publicado no site ADITAL – Notícia da América Latina nos aproxima da ideia.
"Em português não existe uma expressão apropriada para caracterizar a situação dessa população. „Refugiados ambientais“ é apenas uma palavra adocicada para ocultar sua trágica realidade. „Desterrados ambientais“ tem mais força, mais ainda comporta o retorno, o que não será o caso dessas populações. Talvez a expressão mais correta seja a utilizada em espanhol, „desplazados“, porque indica uma fuga sem retorno, mas também sem direção, sem lugar de fixação, sem acolhimento, sem cultura, sem qualquer referência ou estabilidade, com vida curta e má pela frente. Adaptação, numa situação como essa, é mero eufemismo. Para os „desplazados ambientais“, só nascendo de novo."
(www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=27123)
- 3 BRUM, Argemiro Jacob (1988): Modernização da Agricultura – Trigo e Soja. Petrópolis: Editora Vozes.
- 4 <http://www.itcp.coppe.ufrj.br>
- 5 <http://passapalavra.info/?p=21194>

Bibliografia

BRUM, Argemiro Jacob (1988): Modernização da Agricultura – Trigo e Soja. Petrópolis: Editora Vozes.

- FREGOSI, Renée (2006): *Altérité et mondialisation. La voie latino-américaine*. 2ème Edition – Paris : Ellipses.
- SANTOS, Boa Ventura de Souza (1989): *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições GRAAL LTDA.
- SANTOS, Milton (2002): *O Espaço Dividido - Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 2ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- SANTOS, Milton (2002): *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. – (coleção Milton Santos; 1). pág 238
- SANTOS, Milton (2000): *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ª edição – Rio de Janeiro: Record. pág.53.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2002): *Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades em Cêcenâ*, Ana Esther e Sader, Emir (cords). *El rostro urbano de America Latina* (Buenos Aires: Clacso)
- VIVERET, Patrick (2004): *Reconsiderer la richesse*. 1er Edition - Paris : Editions de l'Aube
- <http://passapalavra.info/?p=21194> Consulta em 30 de Maio de 2010.
- http://www.abre.org.br/meio_reci_brasil.php Conculta em 22 de fevereiro de 2010
- <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/> : Consulta em 13 de fevereiro de 2010.